

16 JUL 1985

ESTADO DE SÃO PAULO

O reinício da renegociação

Dívida Ext.

Duas delegações brasileiras reincidente esta semana, nos Estados Unidos, o diálogo em torno da renegociação da dívida com os bancos credores estrangeiros e tentarão os entendimentos sobre os rumos da negociação com o Fundo Monetário Internacional. Em Washington e em Nova York, retomarão esse trabalho num clima internacional que não é favorável ao Brasil. O que se espera é que, a par da encenação que aqui se procura fazer, os representantes do nosso governo apresentem aos interlocutores estrangeiros argumentos que possam mudar o clima atual.

A opinião da comunidade financeira internacional acha-se presentemente muito influenciada pelas informações e comentários estampados em certas publicações de renome mundial. Ora, na semana passada o *Financial Times* e o *The Economist* publicaram artigos desfavoráveis a nosso país, aliás contrapondo ao Brasil o exemplo da Argentina, que, há apenas alguns meses, era considerado o mais rebelde e indisciplinado dos países devedores. É necessário tomarmos consciência desse novo es-

tado de espírito e analisar a situação com senso de realidade.

O que causa preocupação no Exterior é o fato de não haver nosso país tomado posição clara em relação a uma discussão com o FMI e a existência de divergências entre os ministros da Fazenda e do Planejamento, nas quais o presidente da República não interfere. Reconhece-se que o Brasil, no ano passado, ainda que não tenha cumprido com rigor os compromissos assumidos com o FMI, envidou um *best effort*, e comenta-se que havia, no governo anterior, coesão.

É realmente lamentável que o governo não se mostre hoje coeso aos olhos do Exterior, pois já se começava a tomar consciência da necessidade de mudar as normas da renegociação da dívida externa, não só entre os economistas de renome, como também entre banqueiros privados, que verificaram que as normas atuais estão exigindo demais dos países endividados. Não obstante, quando a questão do relacionamento com o FMI é apresentada em termos demagógicos, produz-se logo uma reação negativa no plano internacio-

nal, a impedir que se caminhe numa direção favorável a um país endividado como o Brasil.

Até agora, nosso país contava com a admiração de muitos por ter uma classe empresarial dinâmica, para a qual as dificuldades se transfiguravam em desafio altamente positivo. Hoje, percebendo-se que a solução encontrada envolve sobretudo aumento da carga tributária, que acarreta graves consequências para as empresas privadas, sem apoiar-se no controle real dos gastos públicos, receia-se uma reversão de expectativa quanto ao dinamismo empresarial, agora reprimido. O controle de preços também assusta os analistas, que consideram que essa medida foi como um álibi para não se enrijecer o controle das despesas do setor público.

Os negociadores brasileiros no Exterior precisam entender que terão grande trabalho para convencer seus interlocutores de que o Brasil continua plenamente consciente de suas responsabilidades, de que sabe ser primeira tarefa reduzir a taxa de inflação, tarefa que só poderá ser

executada mediante a redução dos gastos públicos. Alguns de nossos interlocutores estrangeiros continuam considerando que o governo "representou", aos olhos da opinião pública brasileira, exibindo uma espécie de machismo que, em relação ao FMI, é pouco sério. No entanto, estão preocupados com o fato de nosso governo, agindo deste modo, proceder como o aprendiz de feiticeiro. Existe hoje clima para obter do FMI maior compreensão dos problemas de países que, como o Brasil, não podem permanecer em perpétua estagnação.

Mas tais assuntos não se debatem em comícios, tampouco em reuniões de governadores, que nada têm que ver com a questão técnica. Os bancos privados têm interesse em firmar logo um acordo com o Brasil e estão dispostos a fazer concessões. Jamais, porém, irão renunciar — até em consideração a seus acionistas — à exigência do aval moral do FMI. O Brasil não deve perder a oportunidade. Ao presidente da República cabe expressar o verdadeiro pensamento da Nação.